



ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO Nº 08/2024/AJ/PARCELIAS

Referência: Termo de Colaboração, Lei nº 13.019/2014, Parcerias.
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS
Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De Ijuí – Apae – Ijuí

Relatório

Chega a Assessoria Jurídica do Município de Ijuí/RS, expediente administrativo em epígrafe, oriundo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS, onde há solicitação de análise jurídica acerca da possibilidade de realização de parceria, e transferência de recursos, através de Termo de Colaboração com a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IJUÍ – APAE - IJUÍ**, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 92.004.225/0001-04, com sede na Rua São Francisco, nº 169, Bairro Lulu Ilgenfritz, na cidade de Ijuí/RS, para possibilitar o auxílio financeiro a denominada entidade.

Desta forma, por força do disposto no art. 3º c/c Anexo III da Lei n.º 7.377, de 20 de Janeiro de 2023, os autos da solicitação vieram a esta Assessoria Jurídica para análise e parecer de tal questão.

É o sucinto relatório.

Fundamentação

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Ijuí possui ampla atuação no atendimento de pessoas com deficiência, abrangendo diversas áreas, como assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros.

Em 2021 a APAE de Ijuí alcançou 511 pessoas atendidas (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos) com deficiência (deficiências física, intelectual e/ou



múltipla e autistas), por intermédio da intersectorialidade das políticas e de atendimento integral, nas diferentes dimensões constituintes do ser humano – dimensão social, saúde, trabalho, educação, lazer, cultura e outras.

Dessa forma a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Ijuí apresentou Plano de Trabalho, em que demonstra a qualificação da entidade, prazo de execução com início e término, apresentação de público alvo, objetivos, período de execução, plano de aplicação, metas e cronograma de desembolso para recebimento de verbas que visam auxiliar o desempenho de suas atividades.

Verifica-se da documentação apresentada que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Ijuí respeita os requisitos estatutários e contábeis, previstos na Lei Federal n.º 13.019/2014 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual; comprova a regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal; comprova regularidade com o FTGS e INSS; exhibe negativa de débitos trabalhistas; além de apresentar seu Estatuto Social, ata de eleição da atual diretoria e comprovação de localização atual.

Ainda, demonstra sua capacidade técnica gerencial por meio de declarações devidamente assinadas por seus representantes, com a demonstração de sua atuação regional de extrema importância e abrangência. Ainda, a instituição informa a não ocorrência de impedimentos e vedações em relação à organização e sua diretoria.

Da análise do Plano de Trabalho, verifica-se que o mérito da proposta está em conformidade com a modalidade de parceria adotada. Verifica-se que a proposta do Plano de Trabalho se mostra adequada a seus objetivos na persecução do objeto final.

Importante frisar a identidade e a reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria, considerando o histórico desempenhado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Ijuí em nosso Município.



Assim, adequada a transferência de recursos para a realização do Projeto.

Outrossim, sugere-se que, conforme art. 35 da Lei n.º 13.019/2014, a parceria seja efetivada mediante dispensa de chamamento público. Isso porque, nos termos do art. 30, VI da referida lei, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, não há, neste momento, possibilidade de competição entre organizações da sociedade civil para atendimento da demanda.

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

[...]

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Para a fiscalização da execução da parceria por parte do poder público, poderão ser utilizados todos os meios previstos em lei. Ressalta-se que a Administração Pública possui capacidade operacional para celebrar a parceria e cumprir as obrigações dela decorrentes e assumir as respectivas responsabilidades.

Parecer

A proposição em análise, à vista da documentação apresentada pelo proponente, atende às disposições constitucionais, legais e jurídicas, especialmente a Lei Federal n.º 13.019/2014, o Decreto Executivo n.º 6.295, de 29 de Dezembro de 2017 e n.º 6.602 de 25 de Março de 2019.

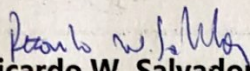
Assim, abstraindo-se dos detalhes técnicos alheios à sua área de atuação, esta Assessoria Jurídica OPINA favoravelmente à realização de Termo de Colaboração entre a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ijuí – Apae - Ijuí, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 92.004.225/0001-04, com sede na Rua São Francisco, nº 169, Bairro Lulu Ilgenfritz, na cidade de Ijuí/RS e o Município de



Ijuí/RS, dispensada de chamamento público, conforme prevê art. 30, VI, da Lei Federal n.º 13.019/2014.

Salvo melhor entendimento, é o parecer.

Ijuí/RS, 01 de abril de 2024.


Ricardo W. Salvador
OAB/RS 117.554
Assessor Jurídico